

AUTORITARISMO JUDICIAL E HIPERENCARCERAMENTO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS DISCURSOS PENAIS SOBRE A CRIMINALIZAÇÃO DAS DROGAS

Lucio Henrique Valentim Borba Silva¹; Ana Luiza Teixeira²; Cleverson Vinicius Giordani³;
Dr. Marco Antonio de Abreu Scapini⁴ (orientador)

RESUMO

O artigo "Autoritarismo Judicial e Hiperencarceramento: Uma Análise Crítica dos Discursos Penais sobre a Criminalização das Drogas" analisa o impacto do autoritarismo judicial e das práticas punitivistas no Brasil. A pesquisa destaca como a seletividade penal, enraizada em um racismo estrutural, perpetua o encarceramento em massa, com foco na criminalização das drogas. Jovens negros das periferias são desproporcionalmente visados por políticas públicas e ações policiais, que frequentemente violam direitos fundamentais. A análise interdisciplinar, fundamentada em teóricos como Michel Foucault e Theodor Adorno, evidencia que práticas autoritárias, associadas à espetacularização da justiça, alimentam ciclos de exclusão social e violência. O estudo conclui que a transformação do sistema penal brasileiro exige reformas que contemplem justiça restaurativa e equidade social, além de uma crítica contundente ao populismo punitivo. Essas mudanças são fundamentais para superar o racismo institucional e reduzir o sofrimento das populações mais vulneráveis.

PALAVRAS-CHAVE: Autoritarismo Judicial; Criminalização das Drogas; Racismo Estrutural; Populismo Punitivo; Justiça Restaurativa.

¹ Graduando em Direito pelo Centro Universitário Ritter dos Reis (Uniritter); acadêmico de Licenciatura em Filosofia no Claretiano – Centro Universitário; Estagiário da 4ª Defensoria Pública Especializada do Juri do Foro Central; luciorborba.281@gmail.com.

² Graduanda em Direito pelo Centro Universitário Ritter dos Reis (Uniritter); Assistente Jurídica em uma empresa de tecnologia jurídica; teixeiraanaluz99@gmail.com

³ Graduando em Direito pelo Centro Universitário Ritter dos Reis (Uniritter); Tecnólogo em Gestão de Startups e Empreendedorismo Digital; Conselheiro eleito certificado pelo ICSS – Instituto de Certificação em Seguridade Social, no Conselho Fiscal da Funcorsan – Fundo de Previdência Complementar; vinigiordani@hotmail.com.

⁴ Doutor em Filosofia na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Especialista em Ciências Penais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professor do Centro Universitário Ritter dos Reis (Uniritter); marcoscapini@ulife.com.br.

INTRODUÇÃO

A criminalização das drogas e seu impacto no sistema penal brasileiro é um tema central no debate sobre autoritarismo judicial. Historicamente, o Brasil desenvolveu práticas autoritárias arraigadas no patriarcalismo, mandonismo e patrimonialismo. Essas práticas moldaram um sistema jurídico que reflete as desigualdades sociais, favorecendo um punitivismo seletivo que atinge majoritariamente populações vulneráveis, especialmente jovens negros e periféricos.

A guerra às drogas simboliza a convergência de políticas repressivas e um sistema judicial que privilegia o encarceramento como solução para questões sociais. A partir dessa realidade, o artigo investiga como o autoritarismo judicial, manifestado por meio da espetacularização das decisões judiciais e do populismo punitivo, reforça desigualdades estruturais. Por meio de uma abordagem interdisciplinar, o estudo propõe soluções críticas para reverter esse cenário e promover a justiça social.

MÉTODO

A pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa e interdisciplinar, combinando análise teórica e empírica para entender a complexidade do autoritarismo judicial e seus impactos. A metodologia incluiu:

1. **Revisão bibliográfica:** A pesquisa dialoga com autores como Michel Foucault, Theodor Adorno e Walter Benjamin, cujas teorias sobre poder, controle social e autoritarismo oferecem uma base teórica sólida. Textos como *Vigiar e Punir* e *Educação e Emancipação* foram fundamentais para explorar as raízes históricas e filosóficas do autoritarismo no sistema penal brasileiro.
2. **Análise documental:** Foram analisadas jurisprudências de tribunais superiores (STJ e STF), com ênfase em decisões relacionadas à criminalização das drogas. Essa análise buscou identificar fundamentos morais e autoritários nas práticas judiciais, além de elementos que reforçam a seletividade penal.
3. **Estudo de casos e dados estatísticos:** Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024 e de organizações como a Human Rights Watch forneceram uma base empírica para avaliar o impacto desproporcional das políticas punitivas sobre a

população negra. Os números mostram que 69,1% da população carcerária é composta por negros e que a maioria dos presos por tráfico são jovens periféricos.

4. **Entrevistas e relatórios:** Relatórios da Anistia Internacional e estudos do IPEA complementaram a análise, destacando como a violência policial e a seletividade penal perpetuam ciclos de exclusão social e racismo institucional.
5. **Abordagem interdisciplinar:** Elementos da filosofia, psicanálise e sociologia foram integrados para compreender as raízes históricas e sociais do autoritarismo. Jacques Derrida e Emmanuel Levinas foram usados para explorar dimensões éticas e críticas no contexto do direito.

Essa combinação de métodos permitiu uma análise aprofundada do sistema penal brasileiro e de suas práticas autoritárias, fornecendo um panorama abrangente das causas e consequências do hiperencarceramento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da pesquisa mostram como o autoritarismo judicial molda a aplicação desigual da lei no Brasil. A criminalização das drogas, especialmente no contexto da guerra às drogas, é marcada por um viés racial que prioriza a punição de jovens negros e pobres. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública indicam que a maioria dos presos por tráfico tem menos de 30 anos, é negra e possui baixa escolaridade, reforçando a seletividade penal.

A análise de jurisprudências revelou que fundamentos morais e autoritários são frequentemente usados para justificar penas severas. A espetacularização da justiça, conforme teorizado por Guy Debord, transforma o direito em um espetáculo midiático, onde demandas sociais por punição substituem a busca por equidade e justiça restaurativa.

Outro ponto crucial foi o impacto da violência policial. Operações realizadas em comunidades pobres resultam em abordagens desproporcionais e mortes, evidenciando o racismo estrutural. A "ADPF das Favelas" (ADPF 635) trouxe à tona essas questões, propondo limites às ações policiais e maior proteção às populações vulneráveis. No entanto, a prática permanece distante das diretrizes legais e éticas, perpetuando ciclos de violência e marginalização.

CONCLUSÕES

A pesquisa conclui que o autoritarismo judicial e a criminalização seletiva são pilares de um sistema penal que perpetua desigualdades estruturais no Brasil. A guerra às drogas, ao priorizar o encarceramento de jovens negros e periféricos, reforça ciclos de pobreza e exclusão. A espetacularização da justiça e o populismo punitivo agravam essa situação, desviando o foco de soluções restaurativas e integrativas.

Para transformar essa realidade, é essencial promover uma crítica radical às práticas autoritárias e investir em reformas que garantam justiça social e racial. Isso inclui:

1. Implementar políticas públicas que priorizem a equidade racial no sistema penal.
2. Limitar o uso da prisão como principal resposta penal, promovendo medidas alternativas.
3. Reformar as práticas policiais para eliminar abordagens discriminatórias.
4. Fortalecer movimentos sociais e organizações de direitos humanos que lutem por justiça e igualdade.

Ao enfrentar o autoritarismo judicial, o Brasil pode avançar em direção a um sistema mais justo, que respeite os direitos fundamentais e valorize a dignidade humana.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Relatório global da Anistia Internacional destaca uso excessivo e desnecessário da força no Brasil**. Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2024/04/relatorio-global-da-anistia-internacional-des-taca-uso-excessivo-e-desnecessario-da-forca-no-brasil.pdf>. Acesso em: 14 set. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 14 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 14 set. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 635**. Relator: Edson Fachin. Julgado em 05 maio 2021. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5816502>. Acesso em: 14 set. 2024.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1992.

DERRIDA, Jacques. *Força de lei: o fundamento místico da autoridade*. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2024/07/anuario-2024.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2024.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

HUMAN RIGHTS WATCH. *Relatório anual de direitos humanos 2024*. Disponível em: <https://www.hrw.org>. Acesso em: 22 jul. 2024.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Número de réus negros em crimes por tráfico de drogas no Brasil é duas vezes superior ao de brancos*. Brasília: IPEA, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/14107-numero-de-reus-negros-em-crimes-por-trafico-de-drogas-no-brasil-e-duas-vezes-superior-ao-de-brancos>. Acesso em: 18 jun. 2024.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Tradução por Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.